

UTOPIAS AUTORITÁRIAS PARA A SALVAÇÃO DA NAÇÃO: OS PROJETOS DAS LIGAS BRASILEIRA E PAULISTA DE HIGIENE MENTAL (1923 – 1930)

Gustavo Igor Lopes de Jesus¹, Léa Maria Carrer Iamashita²

1. Graduando em Museologia na Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília (FCI-UnB)
2. Doutora em História Social. Professora do Instituto de Ciências Humanas da UnB – Departamento de História/ Orientadora.

Resumo

Objetivamos identificar as representações de modernidade e eugenia, bem como os traços de autoritarismo, nos discursos e nas formas de ação das Ligas Brasileira e Paulista de Higiene Mental durante a década de 1920, tendo como suporte documental os Arquivos Brasileiros e Paulistas de Higiene Mental. Verificou-se que a atuação de ambas convergia em dois eixos principais: o primeiro, baseado na teoria eugenista, de evitar a proliferação de doenças causadoras de “degeneração”, de práticas “degenerantes” e de indivíduos “degenerados”; e o segundo de educação do povo, a fim de conscientizá-lo sobre como não ser acometido por esses males. Observamos que as representações de modernidade vislumbravam uma nação que se encaixasse no padrão de normalidade definido por elas, e que seus projetos de ação nacional foram imbuídos de traços autoritários, como no esvaziamento da humanidade dos indivíduos “indesejáveis”, na concepção de educação, na defesa de esterilizações forçadas, entre outros.

Palavras-chave: Autoritarismo; Eugenia; Higiene Mental.

Apoio financeiro: FUB.

Trabalho selecionado para a JNIC: Universidade de Brasília.

Introdução

No início do século XX, o Brasil foi cenário de vários movimentos de criação de ligas civis nascidas como organização da elite intelectual em torno de grandes causas enfrentadas pelo país. A “febre” das ligas foi, dessa maneira, reflexo de um relativo otimismo intelectual e de uma mobilização em torno do debate nacional intensificado durante a década de 1920, momento de grande efervescência cultural e política no país.

Nesse período, observou-se uma guinada no nacionalismo brasileiro, que passou a pautar-se em uma reflexão mais autônoma e otimista sobre a possibilidade de superar os “atrasos” da nação no caminho do progresso. Essa visão partia do entendimento de que a modernização do Brasil dependia de transformar profundamente toda a população, tarefa que as elites intelectuais tomaram para si com a criação das ligas.

Uma vez que o âmbito da história política carece de estudos voltados à análise dos discursos produzidos por essas ligas, e que há necessidade de avanço no entendimento da persistência da cultura autoritária na política brasileira, ou seja, sobre como se produziu o consenso social em torno desse autoritarismo, buscou-se, com a pesquisa, melhor compreensão do autoritarismo vigente à época. Isso se deu por meio da análise da atuação das Ligas Brasileira (LBHM) e Paulista (LPHM) de *Higiene Mental* na década de 1920.

Objetivamos identificar os principais meios de ação propostos e empreendidos pelas instituições, assim como os traços de autoritarismo e as representações de modernidade e eugenia presentes nos discursos e projetos defendidos pelos intelectuais vinculados às ligas. Baseados nas discussões no âmbito da historiografia que apontam um consenso sobre a constância do autoritarismo no século XX, partimos da hipótese de que ambas, pautadas num discurso eugenista que entendia as “molestias mentaes” como enfraquecedoras da raça, delinearam projetos nacionais de significativo autoritarismo e violência a fim de “recuperar a nação”.

Metodologia

Utilizamos como suporte documental os *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental* (ABHM) e os *Arquivos Paulistas de Higiene Mental* (APHM), periódicos editados pelas ligas em questão. Neles, foram publicados inúmeros artigos de intelectuais defensores da eugenia, a maioria deles médicos membros das próprias instituições. Tais textos versavam sobre temas como a eugenia de forma geral, educação, seleção de imigrantes, alcoolismo, profilaxia de doenças, propaganda e outros.

Na pesquisa, foram consultadas as versões disponibilizadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Higiene Mental e Eugenia – GEPHE. Atendendo ao recorte temporal, consultamos os periódicos publicados até o ano de 1930 ou aqueles documentos que, mesmo posteriores, fossem relativos a acontecimentos do período. Isso resultou, no caso dos Arquivos Brasileiros, nas edições referentes aos anos 1925, 1929, 1930 e 1931. Já no caso dos Arquivos Paulistas, significou a consulta às edições dos anos 1928, 1929 e 1930.

Selecionamos, a partir dos resumos, os artigos que melhor fornecessem pistas sobre os traços de autoritarismo nos discursos e ações das ligas, a percepção destas do que seria modernizar o país, bem como os temas mais presentes nos projetos de desenvolvimento da nação. Para tanto, orientamo-nos pelo entendimento de autoritarismo como a negação da igualdade entre os indivíduos e reforço do princípio hierárquico por um grupo em favor da imposição de obediência e subjugação de grupos tidos como inferiores (STOPPINO, 2000). Orientamo-nos, também, pelo conceito de cultura política (BERSTEIN, 1998, p. 349), que traduz uma confluência da história social, cultural e política e entende "os fatos políticos como expressão dos fatos culturais" (REMOND, 1999, p. 57).

Como método de trabalho, optou-se pela elaboração de resumos críticos e fichamentos dos textos selecionados, como também se empreendeu intensa pesquisa sobre a trajetória profissional e acadêmica dos autores desses textos. Por fim, também foram analisadas integralmente todas as atas das reuniões da LBHM existentes no seu periódico até 1930, bem como os estatutos (LBHM, 1925) e a ata de fundação da referida instituição (LBHM, 1941).

Resultados e Discussão

A partir das fontes analisadas, verificou-se que, apesar de não terem sido vinculadas formalmente, as atuações de ambas as ligas convergiam em dois eixos principais: o primeiro de "higienizar" o povo brasileiro, ou seja, evitar a propagação de doenças causadoras de degeneração e, também, a "proliferação" dos indivíduos ditos degenerados e anormais, que "deteriorariam" ainda mais a nação. O segundo tratava-se da educação do povo, pois se entendia que, para a constituição de uma nação forte, seria preciso que a própria população estivesse ciente de como não se infectar com esses males, sejam doenças transmissíveis como a sífilis, sejam as ditas "práticas degenerantes" como o alcoolismo ou outros comportamentos tidos como "taras".

No âmbito do primeiro eixo, ambas chegaram a empreender ações concretas. As duas ligas, por exemplo, realizaram importantes articulações com o governo, promoveram eventos de conscientização e criaram ambulatórios de higiene mental e psiquiatria, que atendiam àqueles que, à época, eram entendidos como doentes mentais, assim como aos portadores de doenças e comportamentos "degenerantes" (ACTAS..., 1925b, p. 142; PROFESSOR..., 1943; NOTICIARIO..., 1925). Entretanto, as maiores mobilizações no âmbito de "higienizar" a nação mantiveram-se no campo teórico: os intelectuais ligados às instituições discutiam desde pontos praticamente consensuais à época, como o controle de imigração (BARROS, 1928; VIEIRA, 1928) e de casamentos (EDUCAÇÃO..., 1930), até pautas que já enfrentavam objeções, como a esterilização compulsória (KEHL, 1925) e a proibição das bebidas alcoólicas (TRABALHOS..., 1929; SILVA, 1930).

Considerando a referida definição de autoritarismo (STOPPINO, 1998), identificamos traços de pensamento autoritário em todas essas discussões. No controle de imigração, por exemplo, isso foi evidenciado na proposta de impor que alguns grupos étnicos, tidos como de menor "qualidade", não devessem misturar-se à genética brasileira, assim como na pressuposição de que esses intelectuais teriam autoridade para definir a "qualidade" de um indivíduo ou grupo social. Está ainda mais evidente na defesa de esterilização compulsória e de controle de casamentos, como defendido pelo médico Renato Kehl, membro da LBHM, com quem uma parcela de intelectuais da instituição ainda concordava. Em um de seus artigos, Kehl comparou a aplicação dessas duas medidas contra os "degenerados" e "miseráveis" com a eliminação de ervas daninhas em uma plantação (KEHL, 1925). O autoritarismo, aí, reside na desumanização dos indesejados e na negação ao direito de escolha dos doentes e pobres.

Com relação ao álcool, apesar do aparente consenso sobre sua ação "degenerante", os intelectuais não chegavam a um acordo. Enquanto alguns duvidavam da eficácia de uma "lei seca", a maioria ainda parecia defender a adoção da proibição total de bebidas alcoólicas no país. Outros, ainda, defendiam a proibição das bebidas baratas como a cachaça, a fim de que apenas os "pobres e miseráveis" não tivessem acesso ao álcool. Se a "lei seca" já nos parece indício de autoritarismo, a proposta de proibição de apenas algumas bebidas como forma de selecionar quais classes teriam acesso ao álcool evidencia ainda mais esse pensamento.

O segundo eixo, a educação do povo, foi, seguramente, uma das maiores preocupações das duas instituições. Artigos de vários autores publicados nos APHM e ABHM, assim como as atas das reuniões da LBHM, fornecem-nos pistas sobre a dimensão dessa preocupação, bem como sobre o que esses intelectuais entendiam por educação (GUERNER, 1928; FONTENELE, 1925; ACTAS, 1925a). Em linhas gerais, tratar-se-ia não apenas de informar o povo sobre as doenças, mas sim de uma verdadeira limpeza que pudesse tirar de sua mente os maus hábitos e a "inconseqüência". O médico Fausto Guerner, por exemplo, defendia que a LPHM deveria utilizar-se da educação como forma de "higienização" da nação, ainda que, para isso, precisasse reivindicar a intervenção do Estado. Na análise dos documentos, notam-se rastros do autoritarismo na concepção de educação como a imposição da perspectiva dessa elite, creditada como a única solução para o problema do povo, que era impelido a adequar-se aos pressupostos eugênicos.

Nesse sentido, percebe-se como a Eugenia, "[...] uma teoria que estuda as condições mais propícias à reprodução e ao melhoramento da raça humana, entendendo que o fortalecimento dos povos se dá através da purificação das raças" (ANTUNES, 2002, p. 94), esteve presente enquanto teoria de suporte a esses discursos. A higiene mental, portanto, pautou-se nessa ideia ao combater as "molestias mentaes", entendidas como as causadoras da degeneração da raça. Degeneração que seria, inclusive, incorporada geneticamente (DEJERINE, 1886).

Conclusões

A partir da pesquisa, levantamos elementos que corroboram a hipótese de que ambas as ligas, pautadas no discurso da Eugenia, que entendia as “molestias mentaes” como enfraquecedoras da raça, delinearão projetos nacionais de significativo autoritarismo e violência a fim de “recuperar a nação”.

Foi-nos possível observar que os discursos que permearam as Ligas Brasileira e Paulista de *Hygiene Mental*, seja nos debates realizados entre seus membros, seja nas formas de ação empreendidas pelas instituições, carregaram consigo traços autoritários, dada a tentativa obstinada de impor uma perspectiva, por parte da elite intelectual, como sendo a única solução para o problema da nação. Tal autoritarismo figurava na ideologia que subjazia todo o projeto nacionalista visando à criação modelar da sociedade brasileira “regenerada”, sem defeitos mentais, sem comportamentos ignorantes, incivilizados e “bestiais”. Além de tais teorias científicas serem hoje compreendidas como pseudociências, temos que considerar que toda produção científica é perspectivada e segue um posicionamento político. Constitui-se autoritarismo, portanto, impô-la enquanto única solução viável, enquanto se anula qualquer poder de decisão daqueles que serão “educados”.

É notável, além do mais, que esses entendimentos situaram-se em um cenário de expansão do discurso médico sobre os aspectos da vida integral dos indivíduos, ou seja, como se o conhecimento médico devesse dirigir aspectos da vida individual e social, muito além do âmbito da saúde física ou da saúde pública (HOCHMAN, 1998). E foi com base nisso que a então ciência da higiene mental delineou projetos nacionais de significativa violência física e simbólica sobre os membros da nação. Ela passou a intervir nas agendas política e social do país, como se estivesse sob sua responsabilidade o futuro da “raça” brasileira e a modernização da nação.

Finalmente, dada a já citada carência de estudos voltados à análise dos discursos dessas ligas e a necessidade de avanço nos estudos sobre a persistência da cultura autoritária na política brasileira, podemos considerar a validade da pesquisa, pois atingimos nossos objetivos de identificar os principais meios de ação propostos e empreendidos pelas instituições, assim como os traços de autoritarismo e as representações de modernidade e eugenia presentes nesses meios de ação e nos discursos defendidos pelos intelectuais vinculados às ligas.

Referências bibliográficas

ACTAS das Sessões da Liga Brasileira de Hygiene Mental. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1925a, p. 205-213.

_____. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1925b, p. 141-149.

ANTUNES, E. H. Raça dos gigantes: a higiene mental e imigração no Brasil. In: ANTUNES, E. H.; BARBOSA, L. E. S.; PEREIRA, F. M. F (org). **Psiquiatria, loucura e arte: fragmentos de história brasileira**. São Paulo: Edusp, 2002.

BARROS, A. C. C. Seleção Imigratoria. **Archivos Paulistas de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 45-61, 1928.

BERSTEIN, S. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

DEJERINE, Joseph Jules. **Hereditariedade nas molestias do systema nervoso**. [S.l:s.n.] 1886.

EDUCAÇÃO sexual e divórcio. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, 1930, p. 63.

FONTENELLE, J. P. Higiene mental e educação. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.1-10, 1925.

GUERNER, Fausto. Educação do povo – Meios de divulgação das medidas tendentes a restringir as psychopathias. **Archivos Paulistas de Hygiene Mental**. São Paulo – SP, v. 1, n. 1, 1928, p. 1-7.

HOCHMAN, G. **A era do saneamento**: as bases da política de saúde pública no Brasil. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1998.

KEHL, R. A esterilização dos grandes degenerados e criminosos. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1925b, p. 69-74.

LBHM – Liga Brasileira de Hygiene Mental. Ata de Fundação e Organização da Liga Brasileira de Higiene Mental. **Arquivos Brasileiros de Higiene Mental**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, 1941, p. 91-95.

LBHM – Liga Brasileira de Hygiene Mental. Estatutos da Liga Brasileira de Hygiene Mental. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1925, p. 223-234.

NOTICIARIO. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1925, p. 111-149.

PROFESSOR Fausto Guerner. **Arq. Neuro-Psiquiatr.**, São Paulo v. 1, n. 2, p. 97, Set. 1943. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-282X1943000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15

Jan. 2018.

REMOND, R. O retorno do político. In: CHAUVEAU, Agnès (org.). **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999.

SILVA, A. C. P. Combate ao alcoolismo e proteção ao alcoolmotor. **Archivos Paulistas de Higiene Mental**. São Paulo – SP, v. 3, n. 5, 1930, p. 37-62.

STOPPINO, M. Autoritarismo. In: BOBBIO, N. et al. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, v. 1.

TRABALHOS de anti-alcoolismo. In: **Arquivos Brasileiros de Higiene Mental**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 1929.

VIEIRA, F. M. Imigração e hygiene mental. **Archivos Paulistas de Higiene Mental**. São Paulo, v. 1, n. 1, 1928, p. 29-44.